



NEGÓCIOS E DIREITOS HUMANOS

NEGÓCIOS E DIREITOS HUMANOS EM CABO DELGADO: EMPRESAS RESPONSÁVEIS, COMUNIDADES PROTEGIDAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Local: Pemba Express, Pemba, Cabo Delgado
Data: quinta-feira, 8 de Outubro de 2026
Horário: 08h30–16h00



**Cofinanciado pela
União Europeia**

1. Contexto e justificação

Nas últimas décadas, Moçambique registou uma expansão significativa da actividade económica, particularmente nos sectores extractivo, energético, das infra-estruturas e dos investimentos de grande escala.[1] O crescimento do investimento directo estrangeiro e a implantação de grandes projectos geraram emprego, crescimento económico e novas oportunidades de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, este processo colocou ao país novos desafios relacionados com a protecção dos direitos humanos, a sustentabilidade ambiental, as relações laborais, o acesso à terra e os direitos das comunidades afectadas por esses projectos.[2]

Estas questões assumem particular importância na província de Cabo Delgado, onde coexistem recursos naturais valiosos, grandes investimentos e comunidades cujos meios de subsistência dependem directamente desses recursos. Os projectos suscitam questões complexas relativas ao acesso e uso da terra, ao reassentamento, às condições de trabalho, à partilha dos benefícios económicos, à protecção ambiental e à participação das comunidades nas decisões que as afectam. As empresas desempenham um papel central na criação de riqueza, emprego e oportunidades, mas esse papel só produz resultados positivos quando acompanhado pelo respeito pelos direitos humanos e por práticas empresariais responsáveis. Quando os mecanismos de prevenção, participação, diálogo e reparação são insuficientes, os grupos em situação de vulnerabilidade, incluindo mulheres, crianças, jovens e comunidades rurais, suportam frequentemente os custos sociais e económicos.[3]

É neste contexto que a agenda de Negócios e Direitos Humanos assume especial relevância na província, ao procurar conciliar o desenvolvimento económico com a protecção dos direitos fundamentais. A sua principal referência internacional são os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, endossados pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2011 e assentes no quadro «Proteger, Respeitar e Reparar».

Este quadro estabelece deveres e responsabilidades complementares para os Estados e as empresas e reconhece a necessidade de mecanismos eficazes para prevenir, enfrentar e reparar os impactos negativos sobre os direitos humanos. Em Moçambique, este compromisso concretizou-se no processo de elaboração do Plano de Acção Nacional sobre Empresas e Direitos Humanos (PANEDH). O processo teve início em 2022, sob a liderança do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, com a participação de instituições públicas, sector empresarial, organizações da sociedade civil, sindicatos, órgãos do sector da justiça e parceiros de cooperação.[4]

A fase de elaboração técnica do Plano foi concluída em 2024, abrindo caminho à sua apreciação, aprovação e futura implementação. Embora a concepção deste instrumento seja muito importante, a sua eficácia dependerá, em última análise, da capacidade de traduzir os compromissos em práticas concretas.

A implementação do PANEDH exige, por isso, instituições preparadas, empresas conscientes das suas responsabilidades, comunidades informadas sobre os seus direitos e uma sociedade civil capaz de acompanhar, participar e exigir prestação de contas. Exige também espaços regulares de diálogo nos quais os diferentes actores possam discutir desafios, identificar soluções e acompanhar os compromissos assumidos.[5]

O envolvimento local nos territórios onde operam os grandes projectos é, portanto, essencial. O sucesso desta agenda será medido pela sua capacidade de responder aos desafios vividos no terreno pelas comunidades, pelos trabalhadores, pelas empresas e pelas instituições.





A Conferência sobre Negócios e Direitos Humanos em Cabo Delgado reunirá o Governo, o sector privado, a sociedade civil, a academia, as comunidades, os órgãos de comunicação social e os parceiros de cooperação para discutir o estado da agenda na província, os seus principais desafios e as oportunidades para construir um modelo de desenvolvimento mais responsável, inclusivo e sustentável. A Conferência aprofundará igualmente a discussão sobre o PANEDH, incluindo o seu conteúdo, o ponto de situação do processo de aprovação e as perspectivas de implementação. Uma actualização do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos permitirá aos actores provinciais conhecer melhor o instrumento e reflectir sobre o papel que podem desempenhar na sua implementação. A Conferência dará também visibilidade às experiências e preocupações de Cabo Delgado e aproximará a agenda nacional das realidades locais, examinando como esta se pode traduzir em melhores práticas empresariais, maior participação comunitária, prevenção de conflitos e mecanismos mais eficazes de prestação de contas.

A Conferência é organizada no âmbito do projecto CNDH Moz – Acção da Sociedade Civil sobre a Agenda de Promoção da Cidadania, Negócios e Direitos Humanos nas Províncias de Cabo Delgado e Nampula, co-financiado pela União Europeia e implementado por um consórcio liderado pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), em parceria com o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), o Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD), o Instituto Fanelo Ya Mina (FYM), o Centro Regional de Arbitragem, Conciliação e Mediação (CARO) e a Oxfam Moçambique.

2. Objectivos

Promover uma plataforma de diálogo multisectorial para divulgar o PANEDH e as iniciativas em curso no país no domínio de Negócios e Direitos Humanos, reforçando a apropriação colectiva da agenda e incentivando o envolvimento sustentado do Estado, do sector empresarial e da sociedade civil na sua implementação efectiva em Moçambique.

- Promover a reflexão e ampliar o conhecimento sobre o conteúdo, os objectivos estratégicos e o ponto de situação do PANEDH, reforçando a compreensão dos seus princípios orientadores, áreas prioritárias e implicações práticas para o Estado, as empresas e a sociedade civil;
- Apresentar o projecto CNDH Moz – Acção da Sociedade Civil sobre a Agenda de Promoção da Cidadania, Negócios e Direitos Humanos nas Províncias de Cabo Delgado e Nampula, esclarecendo os seus objectivos, abordagens, áreas de intervenção e contributo esperado para o fortalecimento da cidadania, da responsabilização das empresas e da implementação do PANEDH;
- Promover a auscultação, o diálogo e o alinhamento entre os actores relevantes, recolhendo perspectivas, preocupações e recomendações que possam informar a futura implementação do PANEDH e a execução do projecto, com vista a gerar mudanças concretas e sustentáveis no terreno.



3. Formato, participantes e programa

O evento decorrerá em formato híbrido, combinando a participação presencial e virtual através do Zoom e a transmissão em directo pela CDD Online TV. Participarão representantes do Governo, do sector privado, dos parceiros de desenvolvimento, da academia e da sociedade civil. Prevê-se a presença de até 50 participantes.





Horário	Actividade	Oradores / Participantes
08h30–09h00	Chegada e registo dos participantes	Secretariado
09h00–09h30	Intervenções de abertura	- Prof. Adriano Nuvunga – Director Executivo do CDD - Dr. Cláudio Mate – Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR); Abertura oficial: S. Ex.ª Valige Tauabo – Governador de Cabo Delgado S. Ex.ª Plácido Pereira – Secretário de Estado na Província de Cabo Delgado
09h30–09h50	Pausa para café e fotografia de grupo	Todos os participantes
09h50–11h00	PAINEL I Do compromisso à acção: a agenda de Negócios e Direitos Humanos em Moçambique Apresentação do PANNDH no quadro dos esforços de consolidação desta agenda em Moçambique, incluindo os compromissos do Estado, os pilares e prioridades do Plano e os desafios e oportunidades da sua implementação efectiva.	Orador: - Dr. Cláudio Mate (MJACR) Comentadores: - Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); - Assembleia Provincial de Cabo Delgado; - Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ); - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH); - Sector privado – Fura Gems
11h00–12h20	PAINEL II Apresentação do projecto: Acção da Sociedade Civil sobre a Agenda de Promoção da Cidadania, Negócios e Direitos Humanos nas Províncias Apresentação oficial do projecto CNDH Moz: objectivos, abordagens e áreas de intervenção, modelo territorial de implementação e contributo esperado para práticas empresariais responsáveis e	Orador: - Salvado Raisse (CDD) Comentadores: - Gerson Malute – FOCADÉ - Maria Namarocolo – Plataforma das OSC de Montepuez - Montepuez Ruby Mining (MRM) - Fórum de Terras de Cabo Delgado (FTCD)
	para a concretização dos direitos humanos no terreno.	
12h20–13h20	Almoço	Todos os participantes
13h20–15h00	PAINEL III Do compromisso empresarial à prática: diligência devida, reparação e respeito pelos direitos humanos em Cabo Delgado Diálogo com actores do sector privado sobre diligência devida, direitos laborais, igualdade de género, conteúdo local, reassentamento, protecção ambiental e mecanismos de reclamação, com vista à definição de compromissos concretos para investimentos mais responsáveis.	Painel: - ExxonMobil Moçambique - Chelsea Group Mozambique (CGM) - Conselho Empresarial Provincial de Cabo Delgado - Comité de Gestão de Recursos Naturais de Namanhumbir, Montepuez
15h00–15h30	PAINEL DE ENCERRAMENTO Síntese das principais conclusões Apresentação dos contributos dos três painéis e das prioridades identificadas para a implementação do PANEDH e do projecto CNDH Moz em Cabo Delgado.	Prof. Adriano Nuvunga – Director Executivo do CDD

